

Ideologia e Discurso Pedagógico

Flávio Miguel da Silva e
Jailton Lopes Vicente*

Resumo:

Este artigo trata da relação entre ideologia e discurso pedagógico tomando como referencial teórico a Análise de Discurso francesa, a partir de um trabalho de pesquisa realizado em que se busca compreender os diferentes modos de inserção do sujeito na cultura letrada no processo de alfabetização. Na análise dos dados coletados em duas escolas de Brasília, observamos o funcionamento do discurso pedagógico em uma determinada direção interpretativa, evidenciando a constituição de um imaginário marcado por uma ideologia em que o sujeito-aluno se configura como incompetente, tomando para si a responsabilidade pela falência do sistema educacional brasileiro.

O presente artigo resultou das indagações e questionamentos provocados pela análise dos dados do projeto de pesquisa “Alfabetização: a conquista de uma autoria”, do qual participamos. Para nós, esses dados foram verdadeiros acontecimentos discursivos no sentido de trazer para a nossa reflexão, como um verdadeiro marco histórico, a questão da ideologia no discurso pedagógico.

O objetivo desta investigação era compreender como se dá a inserção do sujeito no mundo letrado, ou seja, compreender como determinados funcionamentos do Discurso Pedagógico (DP) produzem determinados tipos de leitores e autores de textos, através do referencial teórico da Análise do Discurso (AD) francesa, fundada por Michel Pêcheux na década de 60.

Compreender a inserção do sujeito no mundo letrado, segundo a AD, é compreender os processos de constituição de sentidos. Lançando mão disso, compreendemos como os sujeitos filiam-se a “lugares de significação” distintos: sujeitos-alunos que lêem e escrevem, outros que só lêem ou só escrevem, outros que somente assinam o nome. Tais lugares serão interpretados, pelo analista de discurso, a partir da materialidade da língua, inscrita em um determinado contexto histórico.

Quando falamos em sujeito, pensamos em quê? Pensamos em filiações de sentido em que o sujeito formula aquilo que pode e deve ser dito em seus enunciados. Compartilhamos o que diz Eni Orlandi (1999: 49) em relação ao sujeito: “não é uma forma de subjetividade mas um “lugar” que se ocupa para ser sujeito do que diz”. Para explicar essas “posições” que são ocupadas pelo sujeito, pensemos em uma peça teatral na qual há vários atores com diferentes textos, embora todos participem de uma mesma encenação. Nesse processo de trabalho do sujeito, com e na textualidade, se dá a filiação do sujeito-aluno ao DP - um discurso institucional e institucionalizante -, legitimando, assim, a instituição originária (escola) e a ele mesmo, como discurso, por vir envolto em um aparato de cientificidade.

Nesta relação do sujeito-aluno com e no DP, temos como mediadora a língua

*Alunos do 5º semestre do curso de Letras da Universidade Católica de Brasília e estagiários no projeto de pesquisa “Alfabetização: a conquista de uma autoria”, coordenado pela Dra. Mariza Vieira da Silva.

que, por sua vez, materializa a ideologia. O conceito que usaremos para ideologia não será o de ocultação da realidade, presente muitas vezes nas teorias marxistas. Marilena Chauí (1994: 65) trata-a como um “sistema ordenado de idéias ou representações e das normas e regras como algo separado e independente das condições materiais”. Já Althusser (1980:77), aproxima-se da definição de ideologia da AD ao tratá-la como sendo “a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” e, contrapondo-se à definição de Marx, trabalhada por Chauí, afirma que: “A ideologia tem uma existência material” (:83), representada na e pela língua, acrescentaríamos. Na AD, conforme Orlandi (1996:30), “se trabalha com os processos de constituição da linguagem e da ideologia e não com os seus conteúdos. Na perspectiva da AD, a ideologia não é “x” mas o mecanismo de produzir “x”.

Destacaremos, agora, alguns pontos na relação sujeito-ideologia-instituição. Primeiro, analisaremos a relação sujeito-ideologia de modo mais amplo, sem passar especificamente pela “via” da instituição escolar. Em seguida, veremos como se dá essa relação durante o processo de alfabetização e, após seu término, como o sujeito alfabetizado foi inscrito no mundo letrado.

Começamos afirmando que para a Análise de Discurso, não há metalinguagem. E o que significa isso? Que não há dizer que não seja marcado ideologicamente ou, dito de outra forma, não há fala inocente. Não existe linguagem isenta a ponto de ser “a” linguagem, livre de toda e qualquer marca ideológica, uma vez que “a última das línguas é sempre e ainda a linguagem natural, ou seja, a língua materna: para pôr a metalinguagem em funcionamento o homem se serve da língua natural” (Orlandi 1996:138). Essa afirmação, respaldada pelo trabalho de pesquisa realizado, nos leva à conclusão de que os sujeitos – e os sentidos – são, por natureza, ideológicos, não havendo, dessa forma, sujeito sem ideologia.

A partir das noções apresentadas no parágrafo anterior, dizemos que, independentemente de o sujeito ser ou não letrado, isto é, fazer ou não parte de um processo institucional, a ideologia é um componente essencial para que o sujeito signifique e se signifique. É interessante notar que, na medida em que não existe linguagem não marcada pela ideologia, não há como o sujeito manter-se fora de alguma ideologia.

Diremos, então, que, se a relação com o mundo se dá através da linguagem, os sujeitos produzem determinados sentidos marcados ideologicamente, ou seja, historicamente. No caso do sujeito-analfabeto, os sentidos por ele produzidos, por não serem originários de um discurso científico, institucionalizado, são totalmente desconsiderados e, esse sujeito, acaba sendo tido como não-produtor de sentidos. Mas, como dissemos, se há linguagem, há interpretação e para que haja interpretação (sentidos) é preciso, necessariamente, existir uma ideologia.

O dizer da escola é uma fala institucionalizada, validada pela sociedade, justamente por ter um caráter de cientificidade e de isenção. É o que dissemos um pouco antes a respeito da metalinguagem. Trata-se de uma linguagem que se apresenta como isenta e fora de todas as ideologias, pois no processo de ensino e de aprendizagem ensinamos “conteúdos”, através de métodos e técnicas somente. Mas como se dá realmente esse processo?

Dá-se em virtude do trabalho da ideologia não como ocultação da realidade, mas como fator constituinte e constitutivo de um imaginário e, conseqüentemente, de sentidos para o mundo e para os sujeitos. Ao propor-se como estando fora da ideologia, o discurso escolar assume variadas formas sob a égide da isenção, da neutralidade, sendo uma delas a do discurso escolar científico, um discurso autoritário, no qual tudo “é porque é”.

O importante a destacar não são as formas que o Discurso Pedagógico assume, mas como ele assume essas formas e como se dá a relação do sujeito com o efeito ideológico produzido nessa relação.

Percebemos que o professor e o aluno são “falados” pelo DP. Ambos falam a partir de “posições sociais”, com um discurso específico (o DP), que os identifica como sujeitos-professores e sujeitos-alunos. Entretanto, os sujeitos não têm acesso ao modo pelo qual são ocupadas essas posições. Dessa forma, o professor “assume” a posição de cientista, tornando-se detentor do conhecimento. “O professor é institucional e idealmente aquele que possui o saber e está na escola para ensinar, o aluno é aquele que não sabe e está na escola para aprender” (Orlandi 1983: 24)

Este é, para a Análise de Discurso, o ponto fundamental na questão da ideologia. Ela - a ideologia - é a que torna possíveis os gestos de interpretação, pois é a partir de um imaginário constituído ideologicamente que será possível para o sujeito produzir sentidos e relacionar-se com o mundo.

O trabalho com os dados coletados nos permitiu analisar o funcionamento discursivo da ideologia através da materialidade lingüística das observações, entrevistas e materiais didáticos. A coleta transcorreu no período de março de 1999 a junho de 2000, em duas escolas da rede pública do Distrito Federal, localizadas na periferia de Brasília: uma turma de primeira série do Ensino Fundamental e uma do Supletivo no nível de alfabetização de jovens e adultos.

Na análise desses dados, observamos, na relação aluno/professor, que a questão do imaginário constituído ideologicamente é explícita. É possível perceber essa situação nas falas, sobretudo, da professora de 1ª série. Trazemos para a nossa discussão, o seguinte comentário da professora sobre a prova de um dos seus alunos feito no momento em que um deles terminava de fazê-la, ou seja, antes de corrigi-la.

(1) “Esse eu já sei como vai ser a prova.”.

O que percebemos, nessa situação de interlocução, é que a professora tem imagens dos alunos formadas pela ideologia. Independente do desempenho dos alunos na prova, a professora “acha” que sabe “como vai ser”. Isto evidencia uma relação assimétrica, uma relação de poder, pois o que importa não é como os alunos irão na prova, mas como a professora acha que vai ser.

A ideologia é, portanto, o que torna possível a relação entre sujeitos e do sujeito com o mundo. Lembramos que a ideologia não deve ser vista como uma “coisa” que age nas pessoas. A ideologia é, antes de tudo, um fato essencial para que exista sentido(s) e sujeito.

Há, ainda, o efeito ideológico de apagamento das evidências. O que vem a ser isso? É o efeito do sentido natural das palavras, como se este não fosse produzido. E o efeito do sujeito como origem do seu dizer. Essas são “ilusões” necessárias para a

existência do sujeito. Ressaltamos que a Análise do Discurso, através de seu dispositivo analítico, permite a explicitação desses fatos.

Percebemos, além disso, que o funcionamento de um imaginário específico também ocorre nas falas dos alfabetizando adultos. É o que veremos a seguir.

Ao tratarmos dos alunos da classe de alfabetização de jovens e adultos, trazemos para reflexão um enunciado retirado de uma entrevista feita com um desses alunos. Tal enunciado se produziu como resposta à pergunta: “Vai continuar estudando?”

(2) “Vou pra lá (BA) e vou parar, num sirvo pra estudar”¹

Na entrevista, este aluno mostra quão foi difícil e “curta” sua vida de estudante, embora tenha passado vários anos em algumas escolas de alfabetização de adulto. “Vou pra lá”. Ele vai voltar fracassado de onde saiu em busca de oportunidades que permitiriam romper com uma história de pobreza e miséria de toda a família. “... e vou parar”. As tentativas cessaram, pois “... num sirvo pra estudar”: esse é o ponto central do retorno de mãos vazias.

Para chegar a esta resposta que, coincidentemente, foi a última da entrevista, ele fala da sua “incapacidade” em estudar. Se atentarmos para a última frase da resposta “num sirvo pra estudar”, notamos uma relação lingüístico-enunciativa com as duas primeiras frases “vou pra lá e vou parar,” que nos possibilita formular uma paráfrase com aquilo que se manteve no dizer, na memória, no interdiscurso: “quem não serve para estudar, não deve estudar, não pode ficar na escola, é burro!” Por isso este aluno anuncia sua iminente desistência dos estudos, porém, ele não percebe quão seu discurso está afetado ideologicamente pelo discurso pedagógico no sentido de tê-lo incorporado.

Para entender sua resposta, não podemos desconsiderar a situação de precariedade em que se encontra sua escola, sucateada e com falta de profissionais qualificados e comprometidos com a transformação, mas, interessa-nos, sobretudo, o discurso como parte do funcionamento geral da sociedade, o que significa que as instituições se constroem ao se discursivizarem. A escola, em sua relação com o Estado, e o Discurso Pedagógico que aí se produz, são elementos constituintes e constitutivos da(s) ideologia(s) dominante(s). Althusser (1980) mostra que a escola substituiu, a partir do século XIX, competentemente, a igreja como “aparelho ideológico de Estado número um”.

Para atestarmos isso, observemos que a escola comporta a maioria das crianças de todas as classes sociais por várias horas, cinco dias por semana e durante muitos anos. Portanto, desde as séries iniciais, a escola encucalhes dizeres e saberes atravessados pela ideologia dominante e permeados pela isenção e cientificidade. Isso se manifesta através do discurso pedagógico. Discurso este que “se dissimula como transmissor de informações e faz isso caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade,” (Orlandi 1980: 23), ou seja, através de formações discursivas em que se constituem as disciplinas e os conteúdos ensinados, bem como as falas em sala, avaliações, interpretações dirigidas pelo professor, construindo um jogo de

¹ Este material de análise foi obtido a partir de uma entrevista gravada e anexada ao relatório da pesquisa “Alfabetização: a conquista de uma autoria”, onde o aluno Edilson (nome fictício) conta sua trajetória nas escolas de alfabetização de adultos entre Bahia (seu estado de origem) e Brasília, onde trabalha como agricultor.

sentidos que, através da ideologia, configura uma forma de individualização: a do aluno-incompetente.

Retomando o que dissemos anteriormente - a ideologia não é um conteúdo, mas o mecanismo de produzir “x” -, podemos afirmar, então, que o Discurso Pedagógico, em seu funcionamento, produz o que chamaremos de “incompetência individual”, transferindo para o aluno a causa de seu próprio fracasso. Esta incompetência individual será criada, portanto, através do DP que, de um lado – o da escola – produz recortes de dizeres e saberes (disciplinas, métodos, procedimentos burocráticos) validados pela institucionalização, burocratização e pela história e, de outro, pela materialização de todos estes conceitos na fala do professor, aquele que ocupa o lugar de sujeito detentor do conhecimento em sala e que fará a mediação, via linguagem, entre aqueles sujeitos-alunos - que ocupam um lugar de não detentores de conhecimento - e todo aquele saber formalizado e normatizado na/pela escola.

Este saber chegará ao aluno através da língua e se há língua há dizer, há ideologia. Esta, em seu efeito elementar, constituirá este sujeito-aluno com determinado nível de conhecimento – alfabetização – e se, neste processo, algo “não der certo”, como é o caso deste aluno entrevistado, ele assumirá um lugar que hoje no Brasil já é histórico: o de incompetente, o de quem “não serve para estudar,” coisa da incompetência individual.

Em seu imaginário, forma-se uma completude, uma unidade: a de que é incompetente, assumindo esse ônus devido a um real contraditório, atravessado pela ideologia. Este aluno não se filia em um lugar diferente, pois não tem como fazê-lo, dadas as condições do trabalho escolar e acaba se domesticando, se domando, se engajando como sujeito enunciator de um discurso em que se responsabiliza pela falha do sistema educacional brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, LOUIS (1980). *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado*. Lisboa, Ed.Presença
- CHAUÍ, Marilena (1994). *O que é ideologia*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (1983). Para quem é o discurso pedagógico. In: *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 18-31.
- _____(1996). *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis, Vozes.
- _____(1999). *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, Pontes.
- PÊCHEUX, Michel (1990). *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas, Pontes.